

Sumário

<i>Apresentação</i>	11
<i>Nota à 2ª edição</i>	13

Capítulo I

CONTEÚDO DO DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO	15
1.1. Conceito e dimensão do direito civil	15
1.2. Matérias que integram o direito civil atual	16
1.3. O direito civil no contexto do direito privado	18
1.4. A função da codificação civil e sua crise	24
1.5. O direito civil brasileiro no sistema jurídico romano-germânico ..	28
1.6. O direito civil em outros grandes sistemas jurídicos	30
1.7. Breve evolução histórica do direito civil brasileiro	32
1.8. Origem e função da parte geral	42
1.9. Lei de Introdução ao Código Civil	43
1.10. O direito civil no processo de integração latino-americano.	45

Capítulo II

CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL	49
2.1. Delineamentos da constitucionalização do direito civil	49
2.2. Origens e desenvolvimento do tema no direito brasileiro	53
2.3. Críticas à constitucionalização do direito civil	56
2.4. O direito civil no Estado social	58
2.5. Tradição patrimonialista do direito civil e as tendências de repersonalização	61
2.6. Força normativa da Constituição nas relações civis	64
2.7. Constitucionalização dos principais institutos de direito civil .	65
2.8. A imprescindibilidade da constitucionalização do direito civil.	68
2.9. Direito civil e globalização econômica	69

Capítulo III

PRINCÍPIOS DO DIREITO CIVIL	74
3.1. Princípios jurídicos	74

3.2.	Aplicabilidade direta dos ^{V.1} princípios constitucionais ao direito civil	79
3.3.	Princípio da dignidade da pessoa humana	85
3.4.	Princípio da solidariedade	87
3.5.	Princípio da igualdade	92
3.6.	Princípio da liberdade	95
3.7.	Princípio da autonomia privada	97
3.8.	Princípio da função social	99
3.9.	Princípio da boa-fé	102

Capítulo IV

PESSOA FÍSICA E OUTROS SUJEITOS DE DIREITO 105

4.1.	Conceito de pessoa	105
4.2.	Sujeito de direito e entes não personalizados	108
4.3.	Nascituro	110
4.4.	Tempo da pessoa física: início e extinção	115
4.5.	Registro civil da pessoa física	118
4.6.	Capacidade civil.	119
4.7.	Capacidade de exercício	120
4.8.	Absolutamente incapazes	123
4.9.	Relativamente incapazes	125
4.10.	Maioridade.	128
4.11.	Emancipação	129
4.12.	Outros modos de cessação da incapacidade civil	131
4.13.	Lugar das pessoas físicas: domicílio e residência	133
4.14.	Ausência.	136

Capítulo V

DIREITOS DA PERSONALIDADE 140

5.1.	Da negação ao reconhecimento.	140
5.2.	Direitos da personalidade na escala da repersonalização.	142
5.3.	Características essenciais dos direitos da personalidade	143
5.4.	Direito geral da personalidade e a tipicidade aberta	146
5.5.	Tipos mais gerais de direitos da personalidade	148
5.6.	Tipos constitucionais dos direitos da personalidade	165
5.7.	A questão da autolimitação ou disponibilidade dos direitos da personalidade	166
5.8.	Direitos da personalidade da pessoa jurídica	172

Capítulo VI

PESSOA JURÍDICA 175

6.1.	Conceito e abrangência da pessoa jurídica	175
------	---	-----

6.2.	Funções e teorias sobre a pessoa jurídica	179
6.3.	Elementos da pessoa jurídica	182
6.4.	Atos constitutivos e efeitos do registro da pessoa jurídica.	183
6.5.	Órgãos da pessoa jurídica	185
6.6.	Desconsideração da personalidade jurídica	186
6.7.	Entidades não personificadas	189
6.8.	Associações civis	193
6.9.	Fundações de direito privado.	196
6.10.	Organizações religiosas	200
6.11.	Extinção das pessoas jurídicas de direito privado.	202
6.12.	Domicílio das pessoas jurídicas de direito privado	202

Capítulo VII

BENS E COISAS 204

7.1.	Conceito de bens e coisas	204
7.2.	Patrimônio	208
7.3.	Bens imóveis	209
7.4.	Bens móveis	211
7.5.	Bens fungíveis	213
7.6.	Bens consumíveis.	214
7.7.	Bens divisíveis	215
7.8.	Bens singulares e coletivos	216
7.9.	Bens principais e acessórios	217
7.10.	Pertenças	218
7.11.	Benfeitorias	220
7.12.	Bens públicos.	221

Capítulo VIII

FATOS JURÍDICOS CIVIS 225

8.1.	Conceito de fato jurídico	225
8.2.	Do suporte fático ao fato jurídico	226
8.3.	Planos do mundo do direito.	230
8.4.	Classificação dos fatos jurídicos	234
8.5.	Fatos jurídicos em sentido estrito	235
8.6.	Atos-fatos jurídicos	237
8.7.	Atos jurídicos em sentido amplo	239
8.8.	Atos jurídicos lícitos	241

Capítulo IX

NEGÓCIO JURÍDICO. 244

9.1.	Conceito e elementos do negócio jurídico	244
------	--	-----

9.2.	Negócios jurídicos unilaterais, ^{V.1} bilaterais e plurilaterais	248
9.3.	Outras espécies de negócios jurídicos	250
9.4.	Requisitos de validade do negócio jurídico	252
9.5.	Exteriorização da vontade e interpretação do negócio jurídico	256
9.6.	Representação	260
9.7.	Condição no negócio jurídico	269
9.8.	Termo e prazo do negócio jurídico	272
9.9.	Encargo no negócio jurídico	275
9.10.	Condições gerais dos contratos	276

Capítulo X

DEFEITOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	280
10.1. Espécies de defeitos	280
10.2. Erro substancial	281
10.3. Dolo	285
10.4. Coação	288
10.5. Lesão	291
10.6. Estado de perigo	295
10.7. Fraude contra credores	296

Capítulo XI

INVALIDADE DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	301
11.1. Plano da invalidade	301
11.2. Características convergentes e divergentes da nulidade e da anulabilidade	303
11.3. Hipóteses de nulidade	306
11.4. Simulação	311
11.5. Conversão do negócio jurídico nulo	314
11.6. Anulabilidade	316
11.7. Prazos de decadência para a anulabilidade	319
11.8. Conservação do negócio jurídico inválido	320

Capítulo XII

ILÍCITOS CIVIS	323
12.1. Ilícitos civis em geral	323
12.2. Sanções ou penas civis	325
12.3. Espécies de ilícitos civis	327
12.4. Ato ilícito	328
12.5. Contrariedade a direito	330
12.6. Imputabilidade	331

12.7. Dano em geral v.1.	332
12.8. A culpa como requisito do ato ilícito	335
12.9. Pré-exclusão de ilicitude	337
12.10. Abuso do direito.	340

Capítulo XIII

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	344
--	------------

13.1. O tempo e o exercício do direito	344
13.2. Prescrição.	346
13.3. Interrupção e suspensão da prescrição	350
13.4. Prazos da prescrição	355
13.5. Decadência	358

Capítulo XIV

PROVA DOS FATOS JURÍDICOS CIVIS.	361
---	------------

14.1. Conteúdo e espécies	361
14.2. Confissão	364
14.3. Documento	365
14.4. Escritura pública	369
14.5. Documento eletrônico	370
14.6. Testemunho	371
14.7. Presunção	376
14.8. Perícia	378

BIBLIOGRAFIA	381
-------------------------------	------------

Sumário

Nota da 2ª edição VII

Capítulo I

FAMÍLIA BRASILEIRA: DAS ORIGENS PATRIARCAIS À REPERSONALIZAÇÃO 1

- 1.1. Introdução 1
- 1.2. Função atual da família. Sua evolução 2
- 1.3. O lugar da família no Estado social 4
- 1.4. Limites recíprocos da família e do Estado 5
- 1.5. A família constitucionalizada 5
- 1.6. A prevalência dos interesses patrimoniais na legislação brasileira das relações de família 7
- 1.7. Perfil da família atual 10
- 1.8. A repersonalização 11
- 1.9. Perspectivas 15

Capítulo II

DIREITO DE FAMÍLIA 17

- 2.1. Conteúdo e abrangência 17
- 2.2. Direitos da criança e do idoso e o direito de família 19
- 2.3. Evolução do direito de família brasileiro 20
- 2.4. Direito público ou privado? 24
- 2.5. Tipos de famílias segundo os fins legais 26
- 2.6. Interação com o direito das sucessões 27
- 2.7. Interferências dos outros ramos do direito civil 28
- 2.8. Tutela da privacidade e a mediação familiar 29
- 2.9. Direito de família intertemporal 30

Capítulo III

PRINCÍPIOS DO DIREITO DE FAMÍLIA 34

- 3.1. Princípios constitucionais aplicáveis ao direito de família 34
- 3.2. Dignidade da pessoa humana e família 37
- 3.3. Princípio da solidariedade familiar 39
- 3.4. Princípio da igualdade e direito à diferença 42

3.4.1. Direito das mulheres e (direito a) diferença entre os gêneros	45
3.5. Aplicação do princípio da liberdade às relações de família	46
3.6. Princípio jurídico da afetividade	47
3.7. Princípio da convivência familiar	52
3.8. Princípio do melhor interesse da criança	53

Capítulo IV

ENTIDADES FAMILIARES	56
4.1. Pluralismo das entidades familiares e dos âmbitos da família	56
4.2. Da demarcação jurídico-constitucional das entidades familiares	58
4.3. Das normas constitucionais de inclusão	60
4.4. Do melhor interesse das pessoas humanas que integram as entidades familiares	61
4.5. Dos critérios de interpretação constitucional aplicáveis	62
4.6. Da inadequação da Súmula 380 do STF	64
4.7. Inclusão judicial de entidades familiares implícitas	65
4.8. Família monoparental	66
4.9. Da união homossexual como entidade familiar	68
4.10. Famílias recompostas: padrastos, madrastas, enteados	73

Capítulo V

CASAMENTO	76
5.1. Validade e eficácia do casamento	76
5.2. Casamento religioso	79
5.3. A idade núbil ou a capacidade para casar	81
5.4. Impedimentos matrimoniais em geral	83
5.5. Tipos de impedimentos matrimoniais	86
5.6. Causas suspensivas do casamento	88
5.7. Habilitação para o casamento	89
5.8. Celebração e registro do casamento	91
5.9. Casamentos em situações extremas	95
5.10. Prova do casamento e posse do estado de casado	96
5.11. Casamento no estrangeiro	97

Capítulo VI

INVALIDIDADE DO CASAMENTO	99
6.1. Peculiaridades e espécies de invalidade do casamento	99
6.2. Nulidade do casamento	100
6.3. Anulabilidade do casamento	103
6.4. Erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge	106

6.5.	Prazos decadenciais para anulação do casamento	109
6.6.	Casamento putativo	111
Capítulo VII		
EFICÁCIA DO CASAMENTO		113
7.1.	Plano da eficácia e direção da sociedade conjugal	113
7.2.	Alteração ou adoção de nome com o casamento	115
7.3.	Deveres comuns e igualdade conjugal	116
7.4.	Dever de fidelidade recíproca	120
7.5.	Dever de respeito e consideração mútuos	121
7.6.	Dever de vida em comum, no domicílio conjugal	122
7.7.	Dever de mútua assistência	122
7.8.	Dever de sustento, guarda e educação dos filhos	123
7.9.	Os deveres conjugais na perspectiva civil-constitucional	124
Capítulo VIII		
DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO		126
8.1.	Modelo dual: dissolução da sociedade conjugal ou dissolução do casamento	126
8.2.	Divórcio	128
8.3.	Separação de fato	131
8.4.	Separação judicial consensual	133
8.5.	Separação judicial litigiosa: causas objetivas	134
8.6.	Separação judicial litigiosa: causas subjetivas	135
8.7.	Crítica do requisito de culpa para a separação judicial	139
8.8.	Efeitos da separação judicial	142
8.9.	Divórcio e separação consensuais extrajudiciais	143
8.10.	Desconsideração da personalidade jurídica em razão do divórcio ou da separação	146
Capítulo IX		
UNIÃO ESTÁVEL		148
9.1.	Da desconsideração legal a <i>status</i> constitucional. Características	148
9.2.	Requisitos, natureza e validade da relação jurídica	151
9.3.	Distinção e conversão do namoro em união estável	155
9.4.	Quando se inicia a união estável	156
9.5.	Direitos e deveres	157
9.6.	Regime de bens	159
9.7.	Conversão da união estável em casamento	161
9.8.	Extinção da união estável	163
9.9.	Concubinato	164

Capítulo X	
GUARDA E PROTEÇÃO DOS FILHOS	168
10.1. Proteção dos filhos como direito à convivência	168
10.2. Guarda do filho de pais separados	169
10.3. Guarda unilateral	171
10.4. Genitor não guardião: direito de visita, de fiscalização e de convivência com o filho	175
10.5. Guarda compartilhada	177
Capítulo XI	
RELAÇÕES DE PARENTESCO	184
11.1. Parentesco no direito brasileiro	184
11.2. Origens e modalidades do parentesco	185
11.3. Parentesco em linha reta	186
11.4. Parentesco colateral	188
11.5. Graus de parentesco e sua contagem	190
11.6. Parentesco por afinidade	191
Capítulo XII	
DIREITO DE FILIAÇÃO	195
12.1. Conceito de filiação	195
12.2. Princípio da igualdade na filiação	196
12.3. Direito ao planejamento da filiação	197
12.4. Modos e presunções legais de concepção dos filhos	198
12.5. Inseminação artificial homóloga	200
12.6. Inseminação artificial heteróloga	203
12.7. As presunções de filiação na união estável	205
12.8. Distinção entre estado de filiação e direito da personalidade ao conhecimento da origem genética. Parto anônimo	206
12.9. Prova da filiação	211
12.10. Validade e eficácia do registro de nascimento	212
12.11. Posse de estado de filiação	214
12.12. Legitimidade para a prova judicial da filiação	216
Capítulo XIII	
DÚVIDAS E IMPUGNAÇÃO DA FILIAÇÃO	218
13.1. Novas núpcias da mulher	218
13.2. Impotência para gerar	219
13.3. Presunção de paternidade e o adultério da mãe	221
13.4. Impugnação da paternidade pelo marido da mãe	222
13.5. Reconfiguração da presunção <i>pater is est</i>	225

13.6.	Impugnação da maternidade pela suposta mãe	226
13.7.	“Adoção à brasileira”	228
Capítulo XIV		
RECONHECIMENTO DE FILHO		232
14.1.	Direito ao reconhecimento voluntário de filho	232
14.2.	Mudança de natureza do reconhecimento de filho	234
14.3.	Modalidades de reconhecimento voluntário	235
14.4.	Irrevogabilidade e incondicionalidade do reconhecimento	238
14.5.	Direito do filho a residir com o genitor que o reconheceu	240
14.6.	Guarda do filho reconhecido	241
14.7.	Investigação da paternidade e da maternidade	242
14.8.	Consentimento e impugnação do reconhecimento pelo filho	246
Capítulo XV		
ADOÇÃO		250
15.1.	Características, evolução e fundamentos constitucionais	250
15.2.	Legitimados a adotar	254
15.3.	Estágio de convivência	256
15.4.	Consentimento para adoção e hipóteses de sua dispensa	257
15.5.	Adoção por duas pessoas	260
15.6.	Adoção de maiores de 18 anos	262
15.7.	Requisitos do processo judicial e do benefício do adotando	263
15.8.	Efeitos da adoção	265
15.9.	Adoção internacional	268
Capítulo XVI		
PODER FAMILIAR		271
16.1.	Transformação do pátrio poder no poder familiar	271
16.2.	Compatibilidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente	274
16.3.	Os pais como únicos titulares do poder familiar	275
16.4.	Titularidade do poder familiar pelos pais separados	277
16.5.	Exercício do poder familiar	278
16.6.	Suspensão e extinção do poder familiar	281
16.7.	Perda do poder familiar	284
16.8.	Abandono afetivo do filho	286
16.9.	Responsabilidade civil dos pais	288
16.10.	Representação, assistência e curatela dos filhos	289
16.11.	Administração e usufruto dos bens dos filhos	290
Capítulo XVII		
REGIME MATRIMONIAL DE BENS		295

17.1.	Liberdade de convenção e mudança de regime	295
17.2.	Regime legal dispositivo	300
17.3.	Regime legal obrigatório	301
17.4.	Efeitos comuns entre os cônjuges, em qualquer regime de bens	304
17.5.	Atos proibidos ao cônjuge sem autorização do outro	307
17.6.	Pacto antenupcial	310
17.7.	Regime de bens no casamento com estrangeiro	315
17.8.	Direito intertemporal	315

Capítulo XVIII

REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL 317

18.1.	Bens comuns e bens particulares	317
18.2.	Bens que entram na comunhão	318
18.3.	Bens, valores e obrigações excluídos da comunhão	319
18.4.	Exclusão por causa de aquisição anterior ao casamento	322
18.5.	Bens móveis	323
18.6.	Administração dos bens comuns e responsabilidade pelas dívidas	323
18.7.	Administração dos bens particulares e dívidas respectivas	325

Capítulo XIX

REGIMES MATRIMONIAIS DE BENS FACULTATIVOS 327

19.1.	Regime de comunhão universal	327
19.2.	Regime de separação de bens	330
19.3.	Regime de participação final nos aqüestos	334
19.3.1.	Patrimônio próprio de cada cônjuge	336
19.3.2.	Partilha dos aqüestos e o modo de cálculo	337
19.3.3.	Dívidas dos cônjuges	342
19.3.4.	Presunções de titularidades dos aqüestos	343
19.3.5.	Outros efeitos do regime	344

Capítulo XX

ALIMENTOS 347

20.1.	Natureza, características e fundamentos	347
20.2.	Requisitos de necessidade, possibilidade e razoabilidade	353
20.3.	Obrigações solidária ou subsidiária?	355
20.4.	Titulares dos alimentos ou alimentandos	356
20.5.	Devedores dos alimentos ou alimentantes	360
20.6.	O fator culpa na atribuição dos alimentos	361
20.7.	Fixação dos alimentos	363
20.8.	Atualização e revisão dos alimentos	366

20.9. Extinção	367
20.10. Prisão do devedor	370
Capítulo XXI	
BEM DE FAMÍLIA	373
21.1. Conceito, evolução e tipos	373
21.2. Objeto do bem de família legal	375
21.3. Bens e dívidas excluídos do bem de família legal	377
21.4. Beneficiários do bem de família legal	379
21.5. Má-fé e exclusão do benefício	380
21.6. Instituição de bem de família voluntário	381
21.7. Objeto do bem de família voluntário	382
21.8. Beneficiários do bem de família voluntário	385
21.9. Exclusões da impenhorabilidade e proibições	386
21.10. Extinção do bem de família voluntário	386
Capítulo XXII	
TUTELA E CURATELA	388
22.1. Finalidades e distinções	388
22.2. Escolha e nomeação do tutor	389
22.3. Incapacidade de exercício e escusa da tutela	391
22.4. Exercício da tutela	393
22.5. Prestação de contas pelo tutor	396
22.6. Extinção da tutela	397
22.7. Curatela	397
BIBLIOGRAFIA	401